

MAGISTÉRIO EM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO E GÊNERO: DISCUSÕES PERTINENTES

Eixo temático: Educação e Diversidade Cultural

Categoria: Pôster

SCHWAHN, Angela Mari Mattos P. - UNIPLAC

GRAUPE, Mareli Eliane - UNIPLAC

Agência financiadora: FAPESC/CNPQ

Resumo

Este artigo é um recorte do Projeto de Pesquisa que está sendo desenvolvido no Mestrado em Educação na Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC. O estudo possui como objetivo analisar a temática de gênero e magistério com foco na formação de professores em nível de ensino médio na cidade de Lages, neste Estado. Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa possui enfoque qualitativo e será realizada entrevistas com as alunas do quarto ano do magistério. O referencial teórico da pesquisa abarca autores como Louro (1997); Almeida (1998); Graupe (2009) e Catani (1997). A articulação de gênero e magistério nos possibilita compreender as transformações ocorridas no mundo do trabalho buscando entender o processo de feminização no magistério, profissão esta considerada quase que exclusivamente feminina por julgar a mulher como aquela que possui mais sensibilidade e atributos da maternidade entre outros relacionados à feminilidade. Neste contexto, a mulher assume uma profissão que antes era considerada masculina, pois os primeiros mestres foram os homens, filósofos, sacerdotes, jesuítas. Esse estudo se justifica porque atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, artigo 62, prevê como formação inicial a licenciatura em pedagogia, portanto torna-se necessário compreender o interesse das alunas por essa formação profissionalizante de magistério em nível médio, com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que está em vigor de acordo com a resolução CEB, nº 2, de abril de 1999.

Palavras-chave: Relações de gênero. Feminização. Magistério.

Introdução

Este texto é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento no programa de mestrado em educação da UNIPLAC. A investigação tem o objetivo de analisar a história do magistério enquanto questão de gênero no contexto atual, focando a formação de professo@s em nível de Ensino Médio com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Para o entendimento da organização da docência torna-se necessário conhecer e entender o processo histórico e cultural que determinaram as condições do exercício da docência no Brasil.

Nesse intento, pode-se observar que:

a história mostra-nos que a mulher fora submetida, ao longo dos séculos, à negligência, aos estereótipos e a distorção dos próprios fatos históricos. Somente por meio

do desenvolvimento da história social (Nova História) e do interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas é que se procurou dar visibilidade às mulheres e à sua história, bem como às suas participações no contexto social como sujeitos de vontades, desejos e de projetos (CHAMON, 2005, p.58).

A história da educação no Brasil foi marcada por desigualdades significativas em especial para as mulheres que lutaram para conquistar seus espaços junto à sociedade no que se refere ao direito, à educação e a inserção no mercado de trabalho.

Sobretudo a esse respeito Almeida, doutora em história e filosofia da educação reflete sobre a mulher no magistério como a única profissão que caberia a essa categoria. Nesse interim, é na segunda metade do século XX que o magistério, como profissão, mesmo que ideologicamente agrega uma visão refletida no sagrado e no sacerdócio, torna-se alvo de acusações e denúncias de proletarização. Sendo, portanto, no fim do século XIX até a década de 1930 um marco para história das mulheres na educação.

Durante muito tempo a profissão de professora foi praticamente a única em que as mulheres puderam ter o direito de exercer um trabalho digno e conseguir uma inserção no espaço público, dado que os demais campos profissionais lhes foram vedados. O fato de não ingressarem nas demais profissões, acessíveis somente ao segmento masculino, e a aceitação do magistério, aureolado pelos atributos de missão, vocação e continuidade daquilo que era realizado no lar, fizeram que a profissão rapidamente se feminizasse. (ALMEIDA, 1998, p.23-24).

Indubitavelmente, foi a com Revolução Industrial, a partir do século XVIII, na Inglaterra, que a profissionalização feminina começa a ganhar espaço com a necessidade de mão de obra para trabalhar nas indústrias, fato que levou a muitos movimentos para a mulher ter garantido os seus direitos e a igualdade de trabalho perante a sociedade.

A mulher nem sempre teve o direito a escolarização. É somente em 15 de outubro de 1827, quando surge a escola de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império a que lhe é dado o acesso ao ensino. Neste momento da história surgem às primeiras vagas para o sexo feminino no magistério, porém tinha como pré-requisito ser mulher solteira, pois essas não haviam sido consentidas para o casamento, eram convidadas para estudar em colégios de freiras e seguidamente a cuidar dos filhos das outras, considerando que naquela época não era permitido que fossem mães solteiras.

As escolas são separadas em classes de meninos tendo como professor a figura masculina que além de ensinar a ler, escrever, operações aritméticas, noções básicas de geometria, gramática da língua nacional e os princípios de moral cristã. Para a classe das meninas, as mestras, que daria os mesmos ensinamentos da classe dos meninos com exclusão das noções de geometria e limitado à instrução de aritmética só as quatro operações, porém acrescentado ao ensino às prendas (bordado, crochê, pintura, costura) que serviriam a economia doméstica. Essa diferença no ensino em classes de gênero reflete na desigualdade salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos daria outro nível ao professor.

Certamente é na escola, na sala de aula, que a mulher se constitui historicamente, portanto é no trabalho docente da escola primária espaço considerado com atributos a feminilida-

de articulando-se a identidade feminina com a profissional. Os homens passam então a abandonar as salas de aula quando se considera esse espaço ligado a maternidade, a afetividade, a doação, a um dom que caberia, conseqüentemente a mulher, neste sentido, Louro destaca que:

A escola foi atribuída, em diferentes momentos, a produção do cristão; do cidadão responsável; dos homens e das mulheres virtuosos/as; das elites condutoras; do povo sadio e operoso; etc. Certamente não se esperava que ela desempenhasse sozinha essas tarefas, embora, com muita freqüência, elas lhe fossem explícita e pontualmente endereçadas. (LOURO, 1997, p.90).

Há décadas a mulher vem ocupando destaque no mercado de trabalho, mesmo que muito timidamente em algumas profissões, mas é no campo da educação que essa categoria profissional se evidencia assim perceber-se muito mais a presença feminina atuando em sala de aula do que a masculina, isso é o reflexo de uma questão cultural, econômica e histórica.

Para Louro, as palavras têm história ou o conceito de gênero esta diretamente ligada à história, ou seja, o movimento feminista esta relacionado diretamente com os fatos e acontecimentos histórico os quais norteiam a questão do gênero, isto implica dizer que, o gênero é linguística e politicamente ligado nas lutas de compreensão e aceitação contra a opressão da mulher. (1997).

Assim para Graupe, (2009, p. 15), “pesquisar sobre o magistério, considerando o viés de gênero, significa desvendar caminhos que vão além da representação da categoria docente “como coisa de mulher”, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental”.

Uma referência nesse assunto é Joan Scott, historiadora norte americana, a autora tem produzido muitas discussões a este respeito ela procura trazer conceitos ao termo gênero, podendo ser “também utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” [...], a autora ela rejeita as explicações biológicas [...] “gênero torna-se uma forma de indicar Construções culturais”. (1995, p. 75).

Ainda no pensamento dessa mesma autora “gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (1995, p.75). Portanto gênero tornou-se uma palavra para designar as práticas sociais exercidas por homens e mulheres, para Scott:

“o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero assinalava em primeiro lugar, o envolvimento do pesquisador/a com uma história que incluía as narraivas dos oprimidos/as e uma análise do sentido e da natureza de sua opressão, e em segundo lugar uma compreensão de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de no mínimo, três eixos”. (Scott, 1995, p. 73).

Para chegar ao conceito de gênero, é importante considerar, que as relações não são fixas movimentam-se de acordo com o tempo e a época de cada sociedade, homem e mulher nem sempre tiveram a mesma posição que ocupam hoje muito menos os mesmos direitos, portanto foi nos movimentos sociais, mais diretamente o movimento feminista na contemporaneidade que alavancaram os direitos e a posição da mulher na sociedade.

A história da educação no Brasil é marcada fortemente pela presença masculina, pelo patriarcado, pelo coronelismo e pela igreja que reflete na formação da sociedade compondo os ditames sobre a educação.

A narrativa passa por uma transformação no campo da educação somente a partir da década de 1980 do século XX, quando incorpora a categoria gênero na produção de análises e

fontes de pesquisas buscando compreender o processo de feminização do magistério, focando o crescimento do número de mulheres nesta profissão, procurando entender as razões e as transformações pelas quais passou esta ocupação ao ser exercida pelas mulheres.

Portanto para Louro, as palavras têm história ou o conceito de gênero esta diretamente ligada à história, ou seja, o movimento feminista esta relacionado diretamente com os fatos e acontecimentos histórico os quais norteiam a questão do gênero, isto implica dizer que, o gênero é linguística e politicamente ligado nas lutas de compreensão e aceitação contra a opressão da mulher. (1997).

Torna-se necessário conhecer as motivações das estudantes em formação de magistério para atuarem na educação quais os interesses por essa escolha e até que ponto o curso de magistério é em relevante para a formação de professores dos anos Iniciais do Ensino fundamental.

DESENVOLVIMENTO

Ao optar por esta investigação surge a necessidade de compreender a trajetória do curso de magistério na cidade de Lages, no estado de Santa Catarina, considerando o contexto histórico que permeia a trajetória profissional das mulheres.

A pesquisa com alun@s da Escola de Educação Básica Vidal Ramos Junior EEBVRJ, pretende analisar quais fatores determinam a escolha d@s estudat@s pela formação no magistério em nível de ensino médio, o estudo terá como enfoque a pesquisa qualitativa.

Lages desde sua fundação em 1766, pelo bandeirante Antônio Correia Pinto de Macedo, teve uma cultura econômica e social apregoada às lidas do campo e ao ciclo da madeira. Inicialmente a cidade serviria como estalagem, um ponto de descanso e de parada dos tropeiros, que percorriam grandes caminhos, vindos do Rio Grande do Sul com destino a São Paulo ou Minas Gerais, levando como carga o gado que abasteceria a Região Sudeste de nosso País.

É a maior cidade do Planalto Catarinense, uma das mais antigas do Brasil, é marcada por acontecimentos históricos importantes, destaca-se a participação na Revolução Farroupilha em 1836, com notoriedade nas figuras de Anita e Giuseppe Garibaldi. A partir do ano de 1900 surgem nomes importantes para a política de nosso país entre eles Nereu Ramos que chegou a exercer vários cargos na política entre eles a Presidência da República.

A história do magistério de Lages tem seus registros marcados com a instalação da Escola Normal de Lages, em 18 de março de 1934, que posteriormente passas para Ginásio Vidal Ramos e Colégio Vidal Ramos, “no seu primeiro ano letivo contou com 44 alunas e 9 alunos” (COSTA, 1982, p. 1027). A primeira turma de normalistas formou-se em 1937. Mas é somente 26 anos depois que o curso foi instalado, os números sinalizam uma crescente procura por esse ensino passando para 427 alun@ matriculad@s. Isso revela que nesse período a procura pela formação foi lenta.

O Colégio Normal foi transformado em Centro Educacional Vidal Ramos júnior em 13 de março de 1967 pelo então governador Ivo Silveira permanecendo até 06/2000, onde passou a ser chamada de Escola de Educação Básica Vidal Ramos Júnior, tendo como sua primeira diretora geral a professora Maria Tereza de Araújo Waltrick.

O curso esta formado por duas turmas de terceiro ano computando 61 alunas e o quarto ano contempla uma turma com 33 alunas. Esses dados nos instigam a pensar quais são as possibilidades que essas futuras professoras com formação em nível de Ensino Médio terão nos processos seletivos para a contratação de professores para a Educação Infantil e anos Iniciais do Ensino Fundamental?

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este projeto de pesquisa busca analisar os motivos que levam @s estudante@s a optarem pelo curso de magistério em nível de ensino médio com habilitação em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Pesquisar sobre gênero e magistério pode ser profícuo à medida que possibilita entender as relações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas da educação em nosso país e a sua relação com a permanência da oferta do curso de Magistério a Nível Médio.

É importante analisar e compreender as motivações pelas quais as estudantes escolhem o curso de magistério em nível médio com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, mesmo havendo recomendação da LBD (Leis de Diretrizes e Bases da Educação) para a formação de professoras de nível superior. O curso de magistério em nível médio, ainda é aceito na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em muitas instituições públicas de ensino. Porém, está previsto no PNE (Plano nacional de Educação) que todos os professores da Educação Básica deverão ter formação de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até o ano de 2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulher e educação: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

CHAMON, Magda. Trajetória de feminização do magistério. Ambigüidades e conflitos. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

COSTA, Licurgo. O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de cultura, 1982.

GRAUPE, Mareli Eliane. Gênero e Magistério: Discursos e práticas sociais. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

SILVA, Renata. Modalidades e etapas da pesquisa e do trabalho científico. São José: USJ, 2008.